

A CIÊNCIA DA NATUREZA HUMANA NA FILOSOFIA DE HUME

CRYSMAN DUTRA^{*}

RESUMO: A finalidade deste artigo é apresentar e descrever o projeto humeano da natureza humana mediante o caminho conceitual percorrido por este pensador escocês do século XVIII. Ao longo dele analisaremos o projeto da ciência da natureza humana de Hume, um empreendimento análogo ao método newtoniano. No primeiro capítulo abordaremos a tese central do pensamento humeano, a saber, que para haver conhecimento é preciso dos sentidos (impressões). No segundo capítulo explicitaremos os três princípios de associação de ideias, e vamos concluir com a temática do hábito, de sua influência nas relações inferenciais, passando pelas faculdades da memória e da imaginação, segundo o itinerário da epistemologia humeana.

PALAVRAS-CHAVE: ciência da natureza humana, teoria do conhecimento, ideias, hábito, experiência.

Abstract: The purpose of this article is to present and describe the Humean project of human nature through the conceptual path covered by this 18th century Scottish thinker. Throughout it we will analyze Hume's science of human nature project, an analogous enterprise in terms of methodology of Newtonian mechanics. In the first chapter, we will focus on the central thesis of Humean thought, namely that in order to know it requires the senses (impressions). In the second chapter we shall explain the three principles of association of ideas, and conclude with the theme of habit, its influence on inferential relations, passing through the faculties of memory and imagination, according to the itinerary of Humean epistemology.

Keywords: Science of human nature, theory of knowledge, ideas, habit, experience.

^{*}E-mail: crysm1@hotmail.com

INTRODUÇÃO

É praticamente impossível explicitar os problemas relativos à teoria do conhecimento sem citar o nome de David Hume. Este célebre pensador nasceu em Edimburgo - na Escócia - e viveu entre os anos de 1711 a 1776. A sua atividade filosófica foi extremamente fecunda, gerando diversos desdobramentos. Deve-se levar em consideração uma profunda herança da ciência moderna nos escritos humianos, sobretudo Isaac Newton, pois ambos asseveram que a observação e a experimentação são condições básicas da pesquisa científica.

No que se refere à filosofia de Hume, enfatizaremos a sua resposta acerca da origem do conhecimento, tema predominante da filosofia moderna e que está presente, especialmente, em suas obras publicadas, cujos títulos são: *Tratado da natureza humana* (1739) e *Investigação sobre o entendimento humano* (1748).

Atestando o caráter metodológico e conceitual do empirismo, Hume irá visar combater a tradição racionalista - por esta ter conferido primazia ao intelecto - através da usual proposição de sua doutrina empirista, diz que “todas as nossas ideias são cópias de nossas impressões”. Hume adota somente a experiência, seja observação, seja experimentação, como fonte do conhecimento. Ele pretende elaborar uma ciência da natureza humana, isto equivale a realizar uma análise da cognição e dos sentimentos humanos.

Neste artigo vamos procurar acompanhar o esforço de Hume para cumprir esta audaciosa tarefa.

1. O MÉTODO EXPERIMENTAL

Hume almeja diferenciar claramente a metafísica, apreendida por ele como sinônimo de raciocínios abstrusos e vago; da filosofia e das ciências naturais, baseadas no método experimental, cujo trajeto se opõe aos sofismas e ilusões da metafísica tradicional. A proposta inicial da filosofia de Hume versa sobre a elaboração de uma ciência da natureza humana. Com este intuito, ele se empe-

na em descrever os processos de funcionamento da mente humana e o seu quadro estrutural. Hume sustenta que os conteúdos da mente humana são suscetíveis de análise empírica, isto é, de experimentos mentais. Pois Hume pretende responder à questões, tais como estas: “Como são formadas as nossas ideias?”, “O que controlam as nossas ideias?” “Como comporta a mente humana?”

A partir destas interrogações, fica perceptível que a preocupação de Hume reside pela psicologia humana. Para tanto, seguindo os filósofos naturalistas de sua época, ele realiza uma série de experimentos mentais na tentativa de descobrir os processos e princípios da psicologia humana. Mas antes de nos atermos ao desenvolvimento da argumentação, vamos mencionar uma condição indispensável para a execução adequada desta ciência.

Em primeiro lugar, Hume crê que a ciência de Newton é o saber mais frutífero de sua época e se apropria do método de pesquisa newtoniano, baseado na observação e experimentação, conferindo rigorosidade científica à sua filosofia, cuja proposta está explícita no subtítulo da sua obra *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental nos assuntos morais*. De acordo com Hume, se compreendermos melhor o modo como funciona a mente humana, as ciências deverão evoluir.

A árdua tarefa humiana de descrever os mecanismos da mente humana constitui uma “geografia mental” nas palavras de Angela Coventry (2009, p. 54). No que se refere ao método adotado por Hume podemos citar o desfecho da introdução do *Tratado da natureza humana* onde ele escreverá:

Portanto, nessa ciência devemos reunir nossos experimentos mediante a observação cuidadosa da vida humana, tomando-os tais como aparecem no curso habitual do mundo, no comportamento dos homens em sociedade, em suas ocupações e seus prazeres. Sempre que experimentos dessa espécie forem criteriosamente reunidos e comparados, podemos esperar estabelecer, com base neles, uma ciência, que não será inferior em certeza, é será

muito superior em utilidade, a qualquer outra que esteja ao alcance da compreensão humana (HUME, 2001, p. 24)

No que diz respeito aos meios convenientes para a realização desta ousada tarefa, somente serão produzidos apropriadamente contanto que jamais ultrapassemos os dados concedidos pela experiência e, de maneira alguma criar conjecturas sem o apoio de observações, sendo estes os dois critérios cruciais apresentados por Hume em sua metodologia. Segue-se que todo o juízo tem que ser emitido com base nestes dois critérios. Hume pertence à tradição do empirismo britânico cujo enunciado fundamental de sua doutrina filosófica pode ser expresso na sentença de que “todas as nossas ideias são copiadas de nossas impressões.”

1.1 PRINCÍPIO DE CÓPIA

Tanto no livro do Tratado quanto na Investigação, o pensador empirista defenderá uma teoria que enfatiza a antecedência da experiência dos órgãos sensoriais em relação à formação das ideias no que concerne à fins epistêmicos do sujeito humano. Hume é um pensador radicalmente *a posteriori*, segundo ele não existe ideias inatas, isto é, não há conteúdos mentais desprovidos de conteúdo sensorial (HUME, 2001, p. 31).

Em primeiro lugar, Hume designa de percepções todos os conteúdos que existem na mente, sendo que as percepções são divididas em duas espécies heterogêneas. A primeira corresponde às impressões diretas e sensíveis com o objeto no instante de sua aparição aos sentidos e à mente, estão são denominadas de impressão. O segundo tipo de percepção, por sua vez, ocorre somente após a impressão, no momento em que a memória se recorda da impressão passada, Hume a denomina de ideias.

O que distingue impressão é ideia é que as impressões são dotadas de maior grau de força e vivacidade. Com isso posto, Hume se sente livre para efetuar “a diferença entre sentir e pensar.” (ibidem, p. 25). Diante disso, uma perspicaz ana-

logia indicada por Hume acontece, por exemplo, quando alguém sente raiva e outra pessoa pensa no sentimento de raiva, há um evidente contraste nos dois casos. Decorre desta doutrina, que as impressões precedem as ideias no tempo e no espaço. Segue-se também que toda ideia ou conceito do entendimento é uma recordação derivada de uma experiência passada, mas nunca na ordem contrária, conforme Garrett (1997, p. 44) declara.

Para ilustrar a precedência da impressão, Hume afirma que as crianças apreendem a realidade dos objetos do mundo e formam suas ideias após uma empiria² Uma criança que tenha alguma vez se queimado após o contato com uma vela, evitará retornar a colocar a mão nela, evitando assim sentir dor novamente (HUME, 2007, p. 39). Esse exemplo clarifica bastante de que modo acontecem nossas expectativas diante da experiência passada.

Um cego de nascença, por exemplo, não é capaz de conceber a ideia de cor, porque as cores não atingiram seus órgãos sensoriais, isso significa dizer que ele não possui a ideia de cor porque nunca teve esta impressão. Assim como não possuímos ideia do sabor do abacaxi antes de tê-lo degustado. Disso se segue que só dispomos de informações sobre os objetos do mundo depois de termos através de nossos sentidos experimentado sua cor, seu sabor, seu formato, seu som, etc.

Outra regra que Hume impõe à teoria do conhecimento é a de que as nossas ideias são, além de anteriores, são também inferiores às impressões em graus de força e nitidez (GARRETT, 1997, p. 46). Para apontar esta ideia recorreremos ao que ele nos diz:

Cada um prontamente irá admitir que existe uma diferença razoável entre as percepções da mente, quando uma pessoa sente a dor do calor excessivo ou o prazer do calor moderado, e quando depois, em sua memória, recorda esta sensação ou a antecipa com a sua imaginação. Essas faculdades são capazes de imitar ou copiar as percepções dos sentidos, entretanto, nunca poderão alcançar integralmente a eficácia e a intensidade da verdadeira sensação. (HUME, 2007, p. 14)

Contudo, apesar da diferença, há um vínculo mútuo entre as ideias e impressões, pois as ideias não são autônomas e, por conseguinte, dependem de uma impressão correspondente e predecessora para aguçar a sua percepção (ibidem, p. 42). Esta doutrina se refere à proposição de que “todas as nossas ideias ou percepções mais fracas são imitações de nossas mais vivas impressões.” (ibidem, p. 16).

Garrett (1997, p. 45), em apologia ao empirismo de Hume, mostrará a impossibilidade do princípio de cópia ser *a priori* e necessário, porque se fosse *a priori* implicaria numa contradição da doutrina humeana. O princípio de cópia somente pode ser conhecido através da experiência, Hume, por seu turno, irá utilizar o contraexemplo da “falta do tom de azul” para sublinhar a ausência de universalidade do princípio, o que significa dizer a inexistência de qualquer elemento *a priori* e necessário. (HUME, 2001, p. 31). Portanto, podemos perceber nitidamente que o princípio de cópia é uma propensão natural da mente no qual as ideias são antecipadas pela imaginação que, por sua vez, estão fundadas na experiência passada.

Hume nos adverte que “quando suspeitamos que um termo filosófico está sendo empregado sem nenhum significado ou ideia – o que é muito frequente – devemos apenas perguntar: de que impressão vem aquela suposta ideia?” (HUME, 2007, p. 19) .

Garrett alega acerca deste princípio que:

O princípio, como vimos no capítulo 1, envolve tanto uma tese de semelhança (que cada ideia simples tem uma semelhante impressão simples e exata) e uma tese causal (que toda ideia simples é, pelo menos em parte, causada por uma impressão simples). [...] Ainda mais importante, o princípio desempenha um papel crucial em seus argumentos concernentes a temas centrais como espaço, tempo, causalidade, substância, identidade pessoal, e moralidade (GARRETT, 1997, p. 41)

É pertinente, entretanto, salientar aspectos de outras faculdades mentais oriundas das ideias (sem olvidar, é claro, que estas faculdades são ati-

vadas pelas impressões) que são frequentemente abordadas pelo filósofo britânico. A memória, que está vinculada à capacidade de pensar e recordar de maneira ordenada acerca de uma experiência passada, esta é a faculdade responsável pela nossa identidade pessoal (COVENTRY, 2009, p. 205).

1.2 PRINCÍPIO DE SEPARABILIDADE

À outra faculdade, a imaginação, cabe um exame mais agudo, pois ela é crucial na aplicabilidade do princípio de cópia que tratamos anteriormente. De acordo com o que adiantamos, a imaginação copia, une e também separa ideias, propiciando, desta forma, a união de ideias simples e formando ideias complexas. Daí por que uma ideia introduz naturalmente outra e do qual este processo, por conseguinte, é realizado por intermédio da imaginação. É por causa dela que podemos conceber um centauro, uma montanha dourada ou um cavalo alado, por exemplo, em que reúne ideias simples (distintas, separáveis) - por exemplo, cavalo e asas – combiná-las em torno de uma única ideia complexa.

Hume amplia este princípio e alega que a nossa imaginação além de copiar, igualmente, separa as ideias, o que significa dizer que ele também enuncia o princípio de separabilidade efetuado pela imaginação ao dissociar as ideias. É conveniente consultar a passagem de Hume que nos apoiamos:

Não há nada mais livre do que a imaginação humana; embora não possa ultrapassar o estoque primitivo de ideias fornecidas pelos sentidos externos e internos, ela tem poder ilimitado para misturar, combinar, separar e dividir estas ideias em todas as variedades da ficção e da fantasia imaginativa novelesca. Ela pode inventar uma série de eventos com toda aparência de realidade, pode atribuir-lhes um tempo e um lugar particulares, concebê-los como existentes e descrevê-los com todos os pormenores que correspondem a um fato histórico, na qual ela acredita com a máxima de certeza. (HUME, 2007, P. 47)

Contudo, é preciso deixar claro que há também diferenças entre memória e imaginação.

A primeira concatena e fragmenta, com liberdade, representações, enquanto a memória opera conforme os dados fornecidos pelos sentidos conservando a sua ordem e posição (HUME, 2001, p. 32-34).

Para confirmar o princípio que favorece estes enunciados, Hume propõe um desafio aos que contestam a relação de cópia entre ideias e impressões, este desafio é explicitado nesta passagem do *Tratado da natureza humana*:

É impossível provar, por uma enumeração exaustiva de todos os casos, que o mesmo se dá com todas as nossas impressões e ideias simples. Qualquer pessoa pode se convencer disso, examinando tantas quantas queira. Mas se alguém negar essa semelhança universal, o único meio que vejo de o convencer é pedir-lhe que mostre uma impressão simples que não tenha uma ideia correspondente. Se ele não responder a esse desafio – e com certeza não conseguirá fazê-lo – poderemos, com base em seu silêncio e em nossa observação, ter por estabelecida nossa conclusão (HUME, 2001, p. 27-28)

Hume quer demonstrar empiricamente que nem a mais tênue impressão é menos clara que a mais vívida ideia, e que todas as nossas percepções concernentes às ideias existem por causa de uma impressão passada e que as ideias são cópias obscuras destas impressões. Nesta perspectiva, os mecanismos racionais somente se ativam pela agência dos órgãos dos sentidos, bem como a razão é restrita pela experiência. Raciocínios experimentais dependem sempre da conexão entre causa e efeito. Este assunto será discutido no capítulo seguinte.

2- A INFERÊNCIA CAUSAL

Hume concede prioridade à causalidade em relação aos demais princípios de associação de ideias, justificando que o conhecimento de causa não “é apenas o mais satisfatório [...] mas também o mais instrutivo, pois é unicamente por este conhecimento que somos capazes de controlar eventos e governar o futuro.” (HUME, 2007, p.

22). Ao recebermos a notícia da morte de um amigo, imediatamente indagamos pela causa. Ao executarmos uma determinada atividade, sempre estaremos projetando uma finalidade a ser alcançada, pois todas as ações racionais têm um propósito (ibidem, p.20).

No que diz respeito à relação causal, podemos concordar com J. P. Monteiro (2009, p. 28-32) e dizer que o nexos causal é o que permite superar o observável e retirar inferências gerais. Certamente este argumento não se trata de uma objeção ao empirismo humeano, mas sim uma confirmação da primazia do sentimento e das inclinações da mente ao passar de conjunções constantes até alcançar leis gerais e universais. Isto não é realizado pelo raciocínio dedutivo, mas pelo costume de observar objetos contíguos no espaço e no tempo.

O pensador escocês interrogará então sobre onde se fundam nossos raciocínios acerca de questão de fato, ele declara que “todos os nossos raciocínios a respeito de questões de fato parecem fundar-se na relação de causa e efeito.” (HUME, 2007, p. 29).

E quanto ao que nos permite alcançar a ideia de conexão do elo causal? No que concerne a este problema, Hume responde:

Me permitirei afirmar, como proposição geral que não admite exceção, que o conhecimento desta relação em nenhum caso se atinge por raciocínios a priori, senão que surge inteiramente da experiência, quando encontramos que objetos particulares quaisquer estão constantemente unidos entre si[...] Nenhum objeto revela pelas qualidades que aparecem aos sentidos, nem as causas que o produziram, nem os efeitos que surgem dele, nem pode nossa razão, sem a assistência da experiência, sacar inferência alguma da existência real e das questões de fato. (HUME, 2007, p. 30)

Embora haja uma conjunção constante entre objetos, causa e efeito são acontecimentos distintos que, na verdade, são unidos arbitrariamente pela imaginação. Hume em seu notório exemplo da bola de bilhar nos diz que “o movimento, na segunda bola de bilhar, é um acontecimento to-

talmente diferente do movimento na primeira.” (ibidem, p. 31).

De acordo com o que já elucidamos, as impressões são anteriores às ideias e disso decorre que não dispomos de nenhuma ideia *a priori* do sabor de uma goiaba ou de uma maçã, sem uma experiência direta com o paladar destas frutas. Diante disso, estamos habilitados a concluir este problema com a interrogação de Hume que corrobora com sua posição empirista: Quem assegurará que pode dar a última palavra sobre ser o leite e o pão alimentos adequados para o homem, mas não para um leão ou um tigre? (HUME, 2007, p. 31).

Hume indaga novamente sobre qual é o fundamento da relação de causa e efeito; para ele é a experiência, resposta que ele não hesita em oferecer. Outro aspecto que ele insiste, para defender a sua teoria das ideias, é que supomos que os objetos continuarão comportando-se do mesmo modo como se comportou no passado.³

Mas é qual é o fundamento das conclusões extraídas da experiência passada? Por que temos expectativas que o pão que nos nutriu ontem, nos nutrirá hoje e amanhã? O que garante a manutenção destas propriedades e destes efeitos no universo? É o que veremos no próximo capítulo.

3- O PRINCÍPIO ÚLTIMO DA NATUREZA HUMANA: O HÁBITO

Hume não se dá por satisfeito com o conteúdo explicativo fornecido pela experiência e buscará um próximo princípio da natureza humana que nos habilite a efetuar inferências causais e a supor que a natureza será perenemente inalterável. O filósofo britânico utilizará o exemplo de um habitante de outro planeta que fora transportado para a Terra.

À primeira vista, ele observará uma contínua sequência de objetos, um acompanhando o outro, mas jamais chegaria à noção de causa e efeito. Contudo, após várias repetições destas conjunções constantes, este homem começará a inferir a existência de um a partir da manifestação de outro, este princípio de repetição fora designado por

Hume de hábito. Hume acrescenta que o hábito deve ser o último princípio da natureza humana que nossas faculdades cognitivas podem acessar, o que revela uma atitude de ceticismo quanto ao entendimento e humildade ao reconhecer a própria ignorância, enquanto espécie humana. No que diz respeito a este ponto, as palavras de Coventry são consideráveis:

A importância do ceticismo para o projeto da ciência da natureza humana é o que mesmo nos obriga a reconhecer que a razão humana tem suas limitações. A percepção das limitações do entendimento humano significa que desenvolvemos uma modéstia apropriada diante das descobertas das limitações e imperfeições de nossas faculdades falíveis. (COVENTRY, 2006, p. 212)

Com efeito, o hábito é o mecanismo da natureza humana que induz a esperar eventos semelhantes, ajusta as ações humanas em consonância com o mundo e permite emitir juízos sobre questões de fato. Deste modo, Hume afirma:

O costume é o grande guia da vida humana. É o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que apareceram no passado. Sem a influência do costume, ignoraríamos completamente toda questão de fato que está fora do alcance dos dados imediatos da memória e dos sentidos. Nunca poderíamos saber como ajustar os meios em função dos fins, nem como empregar nossas faculdades naturais para a produção de um efeito. Seria, ao mesmo tempo, o fim de toda ação como também de quase toda especulação. (HUME, 2007, p. 45)

Quanto ao hábito, todavia, devemos salientar assumindo a mesma posição de J. P. Monteiro (2009, p. 44-45), que não se trata de uma causa da capacidade de inferência causal, mas de uma proposição conjectural. O hábito é, em última instância, uma propensão da mente oriunda de uma conjunção constante observada em objetos contíguos, dadas as condições adequadas, sendo o antecessor designado de causa e o sucessor, o seu efeito.

Como Hume pretende inserir o estatuto de ciência a sua filosofia, ele se empenhará por descobrir as causas e princípios gerais que regem a natureza humana, embora seja apontado por Coventry (2009, p. 44) que não podemos avançar além do hábito nestas questões.

A intenção de Hume ao inserir o hábito como um princípio geral da natureza humana não se associa às confusas operações do entendimento, mas o hábito é, segundo ele, uma propensão involuntária da natureza humana, como qualquer órgão que execute normalmente as suas funções intrínsecas. Hume conclui:

Acrescentarei, reforçando a teoria precedente, que esta operação do espírito, permitindo-nos inferir efeitos semelhantes de causas semelhantes e vice-versa, por ser tão essencial para a conservação de todos os seres humanos, não poderia ser confiada às falazes deduções da razão humana [...] Conforma-se mais com a sabedoria ordinária da natureza assegurar-se de um ato tão necessário do espírito graças a um instinto ou tendência mecânica, que pode ser infalível em suas operações e pode revelar-se a partir do nascimento da vida e do pensamento e, demais, independe de todas as elaboradas deduções de entendimento. Do mesmo modo que a natureza nos ensinou a usar nossos membros sem esclarecer-nos acerca dos músculos e nervos que os movem, ela também implantou em nós um instinto que impulsiona o pensamento num processo correspondente ao estabelecido entre os objetos externos, embora mantendo-nos ignorantes destes poderes e forças dos quais dependem totalmente o curso regular e a sequência de objetos (HUME, 2007, p. 53)

O hábito ocorre em detrimento de sucessivas experiências, nos faz ansiar e buscar pelas experiências prazerosas no passado e, por outro lado, evitar as dolorosas. Sem essa disposição da mente, jamais poderíamos produzir ciência, filosofia e tampouco erigir uma sociedade baseada no pacto e nas leis.

Em última análise, é possível afirmar que o mecanismo do hábito é a causa de vivermos em

sociedade, adequando-nos às leis da natureza permitindo, deste modo, prever acontecimentos e evitar acidentes. Sem ele, a manutenção da vida humana seria impossível. É a causa última que a ciência da natureza humana pode alcançar por meio do método experimental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de formular uma ciência da natureza humana é, sem dúvida, um projeto audacioso que obviamente exigiu uma incessante dedicação e perícia de Hume que elaborou a sua ciência da natureza humana baseada no método experimental, assim ele pôde contribuir ricamente com a tradição posterior.

Ao contrário do que ocorria na filosofia de então, Hume não propõe um método ou uma base segura e indubitável para se desenvolver o conhecimento legítimo, mas na verdade, ele está interessado em descrever os procedimentos realizados pela mente humana, as fontes do conhecimento e suas limitações. O legado de Hume é imensurável, de tal maneira que este pequeno artigo toca apenas em alguns poucos pontos, entretanto citamos, em nosso percurso, suas mais célebres teorias no campo da epistemologia. Diante disso podemos destacar; em primeiro lugar, por ressaltar o caráter imprescindível da evidência empírica em objeção ao raciocínio dedutivo que predominava até então, em segundo lugar, por romper com a tradição racionalista e explicitar que o conhecimento total mediante os processos racionais é fruto da vaidade humana, mostrando como a indução e os sentimentos agem no entendimento. E por último, Hume é brilhante em sua descrição e é reconhecido pela descoberta das associações de ideias e o mecanismo do hábito, conforme fora muito bem indicado por Garrett. Hume é muito mais que uma escada para Kant, mas um pensador didático, autêntico, inovador, provocante e ácido.

NOTAS

1. Graduado em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE.
2. A passagem original, onde Hume expõe o princípio de cópia, é a seguinte: “[...] As ideias parecem ser de alguma forma reflexos das impressões; de modo que todas as percepções da mente são duplas, aparecendo como impressões e ideias [...] Ideias e impressões parecem sempre se corresponder mutuamente.” (HUME, 2001, p. 26-27).
3. J. P. Monteiro discorre pormenorizadamente acerca do fundamento da experiência em contraposição ao raciocínio metafísico em seu livro, *Hume e a epistemologia* (2009).

REFERÊNCIAS

- COVENTRY, Angela. *Compreender Hume*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HUME, David. *An enquiry concerning human understand and other writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana*. São Paulo: UNESP, 2001.
- GARRETT, Don. *Cognition and commitment*. New York: Oxford University Press, 1997.
- MONTEIRO, João Paulo. *Hume e a epistemologia*. São Paulo: UNESP; Discurso Editorial, 2009